



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 13 de agosto de 2015, de 14h às 18h; e
14 de agosto de 2015, de 9h às 18h.

Local: Sala de Reuniões da Plenária – 10º andar
SCS-B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A

**SUMÁRIO EXECUTIVO
14 de agosto de 2015, 18h25min.**

Encaminhamentos:

1) Definição de documento para certificação da representação do CNPCT

Será enviado ofício, contendo as funções do CNPCT, a quem solicitar, comunicando que o referido representante compõe o CNPCT. Os ofícios serão assinados pelo Presidente do CNPCT.

De antemão, serão elaborados ofícios aos seguintes representantes: Padre Bosco, Dalila Figueredo, Ileno Costa, Gorete Marques, Bruna Angotti.

2) Aprovação das atas

Serão compartilhadas as atas por e-mail para envio de eventuais comentários por parte dos membros.

Este item será incluído na pauta na próxima reunião extraordinária do Plenário.

Foi aprovado o texto da ata da 5ª Reunião Ordinária sobre os casos Verônica Bolina e Maranhão.

Acordou-se elaborar um Sumário Executivo ao final de cada reunião.

3) Nota sobre a redução da maioria penal:

Aprovada a nota sem votação.

Os representantes da Casa Civil/PR, MRE, SDH, MS e MDS manifestaram seu apoio à Nota no que diz respeito à condenação da PEC 171, mas se abstiveram em relação aos comentários feitos ao PL 333.

Os representantes RENILA, GTNM, Pastoral deixaram registro do apoio à totalidade da Nota.

4) Fluxos para acompanhamento de casos de denúncias

Acordou-se separar dois turnos da próxima reunião extraordinária para discutir minuta de Resolução sobre deliberação e fluxos de informações do CNPCT, elaborada pela Comissão Temática de Fortalecimento da Estrutura Institucional do CNPCT.

Até eventual aprovação de Resolução sobre o tema, foram pactuadas as seguintes regras mínimas:

O ponto focal para recebimento de comunicações é a CGCNPCT;

A CGCNPCT enviará a comunicação imediatamente à Mesa Diretora, Vice-Presidente e Presidente;

A Mesa Diretora decidirá se proporá ao Presidente e ao Vice-Presidente a adoção de medidas urgentes e quais seriam, inclusive a indicação de relator e o prazo para elaboração de parecer;

O Presidente ou Vice-Presidente tomará decisão *ad referendum* do Plenário.

A Defensoria Pública ofereceu-se para apresentar seu sistema virtual de fluxos aos representantes da Comissão em visita a ser agendada tentativamente a margem da próxima reunião extraordinária;

5) Acompanhamento do caso Verônica Bolina

Parecer da especialista Eloísa Machado aprovado.

Será elaborada minuta de texto introdutório ao parecer e minuta de recomendações nos termos do parecer direcionados aos órgãos, pelas relatoras do IBCCRIM e ASBRAD, até 21/08. As minutas serão analisadas pela Mesa Diretora com vistas a serem aprovadas até 28/08.

Serão enviados ofícios aos órgãos indicados pelas relatoras com o parecer e as recomendações. O MNPCT também será informado.

6) Organização dos trabalhos

Foi deliberado que os convidados permanentes receberão os mesmos documentos compartilhados com os membros do CNPCT, a menos que as circunstâncias do caso exijam que o CNPCT adote um nível mais alto de sigilo.

7) Acompanhamento do caso Fundação Casa

Será elaborado parecer sobre o caso pelas representantes do IBCCRIM e ASBRAD e enviado aos membros do CNPCT até 14 de setembro.

A aprovação do parecer será incluída na agenda na reunião extraordinária de 22 de setembro de 2015.

Será enviado ofício ao juiz competente solicitando uma audiência com os relatores do caso.

8) Acompanhamento do caso Maranhão

Será enviado ofício de solicitação de identificação do processo e atualização jurídica do caso.

Destaque como um caso ocorrido nas ruas.

9) Casos de agentes penitenciários denunciados por tortura nomeados como diretores de unidades

O MNDH comprometeu-se a circular relatório sobre seis casos desta matéria.

Será elaborada pelo MNDH minuta de recomendação geral a respeito desta matéria com vistas a ser analisada na próxima reunião ordinária.

10) Comunicações recebidas pela CGCNPCT

Foram apresentados os ofícios enviados pela Comissão de Direitos Humanos e pela Defensoria Pública de São Paulo.

Serão enviados ofícios em resposta para acusar recebimento.

O ofício enviado pela Defensoria Pública de São Paulo será circulado junto aos membros por e-mail.

11) Apresentação do Pacto pela Redução de Homicídios

O Ministério da Justiça enviará o material sobre o Pacto.

Os membros do CNPCT devem enviar contribuições para a CGCNPCT até meio-dia dia 24 de agosto de 2015.

A CGCNPCT sistematizará as contribuições e enviará o Ministério da Justiça até dia 24 de agosto de 2015.

12) Relato sobre visita ao Brasil do Relator Especial sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes da Organização das Nações Unidas

O CNPCT recebeu o relator da ONU sobre tortura, Juan Méndez.

13) Apresentação do Relatório do MNPCT

Será incluída uma agenda na próxima reunião ordinária para continuar o diálogo entre CNPCT e MNPCT.

14) Apresentação do projeto “Pensando a Segurança Pública” da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

O convidado enviará a apresentação do projeto “Pensando a Segurança Pública” e dados sobre a pesquisa que trata de tortura, realizada pelo Pensando a Segurança Pública, para a CGCNPCT, que encaminhará aos membros do CNPCT.

15) Articulação com Ouvidoria de Policia de São Paulo sobre o caso Veronica Bolina

O Ouvidor providenciará cópia do laudo da Verônica Bolina e compartilhará com os membros do CNPCT.

Será enviado ofício ao Ministério Público de SP com o parecer e solicitação audiência do Procurador Geral do MP/SP com as relatoras do caso.

O representante da AMB se dispôs a participar da audiência com o Ministério Público de SP.

Serão incluídos o Conselho Estadual de Medicina de SP e a Defensoria Pública de SP na lista de órgãos de envio do parecer sobre o caso.

Será enviado ofício à Corregedoria solicitando cópia do processo do caso.

Decidiu-se, em votação que terminou 7 a 7 votos e com voto de minerva do Vice-Presidente, que o CNPCT, após a audiência com o MP/SP, considerará convidar representante do Governo do Estado de SP.

16) Votação ou Recondução da Mesa Diretora do CNPCT

Para o mandato de agosto de 2015 a agosto de 2016, a Mesa Diretora será composta por: Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH; Associação de Apoio e Acompanhamento - Pastoral Carcerária Nacional – ASSAC, Ministério da Saúde – MS e Casa Civil da Presidência da República – CC/PR.

A CGCNPCT fará uma proposta de agenda para a Mesa Diretora.

17) Comissões Temáticas do CNPCT

A CGCNPCT enviará por e-mail uma proposta de unificação de Comissões Temáticas que será avaliada pela Mesa Diretora com vistas a organização do trabalho das Comissões na próxima reunião ordinária.

Em relação aos encaminhamentos da Comissão para Consolidação do CNPCT, decidiu-se que:

Serão enviados ofícios às ONGs internacionais, elencadas pela CGCNPCT, para apresentação do CNPCT e convidando para a próxima reunião ordinária;

O representante da AMB buscará contato o CNJ com vistas a marcação de uma agenda;

Serão enviados ofícios para a direção do CONDEGE, CNMP, CNDH objetivando solicitação de audiência com os membros do CNPCT – prazo 20 dias;

Será realizada reunião com o DEPEN e será solicitado o envio de comunicações às Secretarias estaduais responsáveis pelas unidades prisionais.

Será realizada reunião com SENASP para aprofundar a interlocução com o CNPCT;

A ação de criação de um sítio eletrônico do CNPCT foi alterada para que seja aprimorada a página do CNPCT dentro do portal da SDH/PR.

Em relação aos encaminhamentos da Comissão de CEPCTs e MEPCTs, foi informado que:

Está confirmada a realização do 2º Encontro Nacional de comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura nos dias 23 e 24 de setembro de 2015;

A representante da SDH/PR compartilhará a proposta de programação do Encontro aos membros do CNPCT;

O ponto de pauta sobre *definição de estratégia para estimular a criação de comitês/comissões e mecanismos de prevenção e combate à tortura* voltará à pauta da próxima reunião ordinária.

18) Apresentação da proposta de orientações para juízes quanto a identificação e encaminhamento de casos de tortura em audiências de custódia

O convidado Victor enviará a proposta à CGCNPCT, que encaminhará aos membros do CNPCT.